

O COMPROMETIMENTO DO EDUCADOR NA INTERFACE DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Vanessa Dallagnol Bassani¹, Iolanda Dallagnol Caovilla², Franciele Aní Caovilla³

1- Professora Graduada e Especialista da disciplina de Português do Curso do Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná - Francisco Beltrão e Curso do Ensino Médio do Colégio Estadual de Renascença E-mail: Vanessa_Bassani@hotmail.com ; 2 - Professora Graduada e Especialista em Pedagogia da Escola Especializada Começo de Vida - APAE - Renascença – Paraná. 3 - Graduada e Especialista em Ciência - Química. Mestre em Engenharia Agrícola. Professora do Curso de Economia Doméstica da Unioeste. Campus de Francisco Beltrão - PR.

Resumo - A proposta deste modelo de artigo é servir de base para normas de publicação do I Seminário sobre Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos. Os artigos submetidos ao I Seminário devem ser elaborados em Português e devem estar concentrados nas áreas temáticas, a saber: transformações do mundo do trabalho e as implicações na educação de jovens e adultos; políticas educacionais, sociais e formação de professores para a EJA/PROEJA; experiências relacionadas à Educação Profissional Integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-Chave: Inclusão, Escola, Educador

THE COMMITMENT OF THE EDUCATOR IN THE INTERFACE OF INCLUSIVE EDUCATION

Abstract - The purpose of this type of article is the basis for standards of publication of the I Seminar on Vocational Education Integrated Basic Education in the Sport and the Education of Young Adults. Articles submitted to the seminar I shall be prepared in Portuguese and must be concentrated in the thematic areas, namely: changes in the world of work and the implications for adult and youth education, educational policies, social and teacher training for EJA / PROEJA ; experiences related to the Professional Education Integrated Basic Education in the Mode of Education Youth and Adults.

Keywords: Inclusion, School, Educator

1. INTRODUÇÃO

O presente relato quer mostrar que a Educação Inclusiva ocorre há tempos dentro do sistema educacional. Esta acontece quando se aceita alunos com necessidades educativas especiais, auxiliando-os no processo ensino-aprendizagem, na busca da melhora do seu potencial. A Educação Inclusiva deve ser praticada não somente pela escola, sendo essa a peça fundamental, porém por toda a sociedade, que é responsável pelas transformações sociais.

É nesta visão que o trabalho se insere, através da

história de uma mãe, orientada pela sociedade local que procura ajuda em uma Escola pública (única do município na época) para tentar encaminhar sua filha excepcional. A sociedade buscava uma forma de introduzir alguém com necessidades educativas especiais na escola. A escola recebeu a educanda, porém não sabiam como proceder, devido a sua necessidade educativa especial e talvez a falta de preparação dos profissionais da educação.

Foi pensando na dificuldade que ainda hoje se encontra o processo de prática da educação inclusiva e na experiência vivenciada pela escola, iniciando o processo é que se concretizou este

trabalho. Além disso, mostrar a coragem do professor de enfrentar novos desafios, paciência e aceitação em relação ao próximo.

Nessa concepção, toda escola deveria estar preparada em todos os sentidos, sejam eles físicos, pedagógicos, para receber e atender todo tipo de aluno, respeitando suas diferenças e educando de acordo com o ritmo e as possibilidades de cada um. Além disso, a sociedade está inserida na vida deste indivíduo no sentido do lazer, vida social, trabalho, promovendo a integração. Todas as crianças tem o direito à uma educação de qualidade onde suas necessidades individuais possam ser atendidas e aonde elas desenvolvam-se em um ambiente enriquecedor e estimulante para o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (BARBOSA, 2004). A legislação deve assegurar os direitos destes indivíduos junto aos demais, reconhecendo às suas diferenças e necessidades (PINTO, 2001).

Os objetivos desta discussão são: incentivar por meio desta descrição, a prática da educação inclusiva nas escolas; encorajar os profissionais para que não tenham medo e preconceito; propiciar ao educador o incentivo à criação de laços afetivos de amizade entre indivíduos com e sem deficiências, para que estes sejam incluídos em um processo ativo e cooperativo de aprendizagem; reconhecer que os alunos venham se beneficiar do processo de inclusão; compreender que as escolas devem se tornar um lugar de aprendizagem para todos.

2.LEGISLAÇÃO/DIFICULDADES FRENTE A INCLUSÃO

A pedagogia de inclusão baseia-se em dois importantes argumentos. Primeiramente, inclusão mostrou-se ser benéfico para a educação de todos os alunos independente de suas habilidades ou dificuldades. O segundo argumento baseia-se em conceitos éticos de direito do cidadão. Escolas são construídas para promover educação para todos, portanto todos os indivíduos têm o direito de participação como membro ativo da sociedade na qual estas escolas estão inseridas (BARBOSA, 2004).

É nesse contexto que se insere a história de uma professora da educação básica (classe contra-turno) e uma aluna que na verdade, para a época não era entendida em sua forma de agir e se portar diante das dificuldades, principalmente no âmbito da aprendizagem.

A tendência atual é a inclusão, tem-se promovido a integração, a participação, o combate a exclusão. Esses fatores são essenciais junto a dignidade e ao exercício dos direitos humanos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2005).

Portanto, é necessário dar ênfase a todos os

aspectos da cidadania para defendermos juntos a inclusão social devendo esta estar inserida na participação, na informação e na conscientização de toda a sociedade, tendo em vista o indivíduo com necessidades especiais. É nesse contexto que se desenvolveu a declaração de Salamanca, cujo documento se baseia no enquadramento da ação sobre necessidades educacionais especiais, adaptado pelo congresso mundial sobre necessidades educacionais especiais, realizado em Salamanca, em Junho de 1994.

Um dos principais objetivos desta declaração foi estabelecer normas sobre igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência. Dentre essas normas, buscou-se observar os direitos de todas às pessoas (inclusive às com deficiências), identificando o direito da educação para todos e o direito dos pais de serem consultados sobre a forma de educação que melhor se adapte às necessidades, circunstâncias e aspirações dos seus filhos.

Outro fator é que às escolas devem se ajustar a todas às crianças, independente de suas condições físicas, sociais, lingüísticas ou outras (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2005).

Como tem se visto, à maioria dos professores das redes de ensino não são ou estão preparados para receber alunos com tais dificuldades. Embora seja necessário é preciso nestes tempos que isso se concretize. Mas se nos tempos atuais não se têm essa preparação, nem nos tempos passados.

Em meados dos anos 80, a aluna Ana Paula já havia “passado” por seis professores em apenas três meses de aula. Percebia-se que nenhum dos professores tinha conhecimento sobre a criança com necessidade educacional especial. Para a época a educanda não se adaptava à linguagem usada e ao meio. Então a coordenação escolar achou por bem que a criança não frequentasse a escola, retornando à sua casa. Mas diante da situação, ocorreu a intervenção de uma professora pedindo que deixassem realizar um trabalho com a aluna. Foi questionada pela direção/coordenação, pois insistiam em dizer que a aluna não se adaptava a nada, não iria adiantar e “não era deste mundo”.

Segundo Werneck (1997, p.65)

de 3 a 5% da população brasileira tem comprometimento intelectual em vários níveis. À deficiência mental é o ponto nevrálgico da inclusão. À inclusão só deixará de ser um devaneio otimista quando crianças com deficiência mental tiverem acesso à todas às oportunidades de aprendizagem informal e formal que oferecemos às outras crianças, do lazer ao trabalho passando pela escola.

Pinto (2001) nos diz que é preciso preparar-se para assumir as responsabilidades da educação com a aprendizagem do educando portador de deficiência

e/ou com necessidades educacionais especiais.

O fato é que todos somos responsáveis pelo estado em que as coisas se encontram, cabe a cada um de nós dar à sua contribuição pessoal respeitando valores, crenças e à individualidade de cada um (ROSS, 2004).

Nesse sentido a professora propôs um trabalho em conjunto (educando e família) para partilharem o desafio. A família recebeu o convite com entusiasmo, porém estavam decepcionada com a falta de atendimento da escola. A professora sentou-se e explicou qual seria sua metodologia de trabalho. "Propus-me a buscá-la todos os dias antes de iniciar à aula para auxiliá-la em sua higiene pessoal, entre outros aspectos.

Houve plena aceitação por parte da família. Assim iniciei meu trabalho, sendo que no primeiro dia recebi, como reação da educanda, uma mordida em meu seio, uma apalpada em minhas nádegas e logo em seguida levantou meu vestido. E assim consecutivamente. No entanto, com calma, conduzia à sala, levando-a ao banheiro, procurando fazê-la permanecer sentada, muito embora pela sua inquietude não acomodava-se por mais de 5 minutos em sua cadeira. Gritava muito. Por falta de orientação, resolvi tomar uma iniciativa agindo da mesma forma, ou seja, quando à mesma gritava eu colocava-me à sua frente e também gritava. Fomos interrompidas várias vezes pela direção pedindo que nos acalmássemos. Mas ela então costumava me agredir, porém eu retribuía com abraços e beijos.

O tempo foi passando... certo dia minha colega de sala de aula bateu em minha porta, abriu e nos observou deitadas de bruço no chão da sala de aula, então falei baixinho 'olhe a maneira como estou trabalhando com ela, só estou conseguindo assim', permanecendo em silêncio por minutos.

Passaram-se dias e repetiu-se a cena, a colega bate à porta e por acaso estamos na mesma posição, antes que eu me pronunciasse, Ana Paula ergueu sua cabeça, olhou para a colega dizendo: "o único jeito que consigo trabalhar com ela é assim". Fiquei paralisada por alguns segundos, depois veio o impulso: gritei, chorei, abracei, pulei, pois os sentimentos são melhores quando expressos". Foi esse acontecimento que motivou à professora a continuar o trabalho, acreditando em um resultado produtivo. Porém a direção/coordenação continuava a não acreditar na possibilidade do aprendizado por parte da educanda.

O princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em que todos os educandos possam aprender juntos, independente das dificuldades que apresentem. Deve ocorrer adaptação a diferentes ritmos e estilos de aprendizagem para garantir um bom nível de educação (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2005).

A inclusão é um direito das pessoas portadoras de

necessidades educativas especiais. É, também, um dever da sociedade mostrar-se competente para educar e propiciar condições de sobrevivência dignas para essas pessoas. Talvez à escola deva ser à primeira instituição a dar o exemplo (BARBOSA, 2004).

Nesse sentido o professor deve operar em favor da aquisição de conhecimentos, exercitando valores em todos os níveis, seja ele cultural, social, econômico, moral, além de não ter preconceito com relação aos educandos de sua classe.

Nessa visão, "procurei com tolerância, trabalhei durante toda uma manhã com as cores azul e branca, e para minha felicidade, ao sairmos da sala nos deparamos com a direção da escola. Ana Paula observou o calçado da diretora e disse: 'teu sapato é azul e preto', sendo assim errou à segunda cor, mas mesmo assim me empolguei e continuamos. Com o decorrer dos dias, descobri que à educanda apresentava problemas visuais, incentivando-me assim a frequentar curso de especialização neste tipo de deficiência (estudo adicional).

Manuseava revistas invertidamente e folhava de traz para frente, então percebi e passei a trabalhar as vogais em caixa alta e invertidas no quadro negro e ela começou a escrever corretamente em seu caderno. Toda essa situação resultou em um processo positivo de longa duração, em que foram sanadas algumas dificuldades, conseguindo assim alfabetizá-la.

A inclusão torna o educando "especial" mais comunicativo, mais socializado, conseqüentemente em interação com a sociedade. A pedagogia inclusiva é a melhor forma de promover a solidariedade entre os alunos, com necessidades educativas especiais e os seus colegas (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 2005).

Inclusão, portanto, é um processo de cidadania, inerente a todas às políticas sociais básicas (educação, saúde, habitação, trabalho, lazer, esporte, assistência social, transporte, etc.). Exige uma nova arquitetura social, uma nova arquitetura para os processos e para às relações entre às pessoas.

Além disso, uma sociedade inclusiva vai bem além de garantir apenas espaços adequados para todos. Ela fortalece às atitudes de aceitação das diferenças individuais e de valorização da diversidade humana e enfatiza a importância do pertencer, da convivência, da cooperação e da contribuição que todas às pessoas podem dar para construir vidas comunitárias mais justas, mais saudáveis e mais satisfatória (SASSAKI, 2002, P. 164).

Ainda Sasaki (1998), citado por Batista & Emuno (2004),

Faz uma outra distinção, conceituando a integração enquanto inserção do deficiente preparado para conviver na sociedade, e a inclusão como uma mudança sine qua non na sociedade, para que a pessoa portadora de deficiência possa se desenvolver e exercer a cidadania”.

A palavra inclusão remete-nos a uma definição mais ampla, indicando uma inserção total e incondicional. Integração, por sua vez, dá a idéia de inserção parcial e condicionada às possibilidades de cada pessoa, já que o pressuposto básico é de que a dificuldade está na pessoa portadora de deficiência, e que estas podem ser incorporadas no ensino regular sempre que suas características permitirem. Dito de outra forma, a inclusão exige a transformação da escola, pois defende a inserção no ensino regular de alunos com quaisquer déficits e necessidades, cabendo às escolas se adaptarem às necessidades dos alunos, ou seja, a inclusão acaba por exigir uma ruptura com o modelo tradicional de ensino (Werneck, 1997, citado por Batista & Emuno, 2004). A noção de inclusão, por essa razão, não estabelece parâmetros (como faz o conceito de integração) em relação a tipos particulares de deficiências (BATISTA & EMUNO, 2004, p.2).

Nas escolas que optarem pela inclusão, os alunos que tiverem necessidades educativas especiais devem receber apoio suplementar para que seja assegurada a educação eficaz. As adequações dos conteúdos curriculares e dos métodos de ensino devem atender às necessidades individuais dos alunos (Declaração de Salamanca, 2005).

Segundo Pinto (2001), desfazer a lógica da exclusão passa por analisar os processos escolares com a lógica das potencialidades, probabilidades, facilidades e equiparação de oportunidades, elaborando novos planos e processos.

A inclusão é a idéia de que todos os meninos e meninas de uma comunidade tenham o direito de se educar juntos na escola da sua comunidade, uma escola que não peça requisitos para o ingresso, uma escola que não selecione crianças. O conceito de escola inclusiva é ligado à modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa, de modo que se tenha lugar para todas às diferenças individuais, inclusive aquelas associadas a alguma deficiência. O autor aponta ainda que a inclusão educativa não está resolvida em nenhuma parte do mundo. Portanto temos que partir do ponto de que a inclusão é uma certa utopia, é um desafio ao futuro que temos que construir (MARCHESI APUD BLANCO, 2005).

Resumindo, a integração privilegia o aluno portador de necessidades educativas especiais, dividindo com ele a responsabilidade da inserção, enquanto a inclusão tenta avançar, exigindo também da sociedade, em geral, condições para essa inserção. Em outros termos, a integração é um tanto mais "individualizada" e a inclusão um tanto mais "coletiva". Na prática inclusiva, no entanto, percebe-se que mesmo aqueles alunos

que se encontram inseridos no sistema regular de ensino continuam sendo isolados dos seus companheiros de turma não-deficientes (GRESHAM, 1982; SIPERSTEIN, LEFFERT, WIDAMAN, 1996, apud BATISTA; ENUMO, 2004, p.2).

3. METODOLOGIA

A metodologia proposta é a teórico-bibliográfica com pesquisa em publicações científicas, sejam eles, periódicos, livros, artigos, entre outros. Também descreve-se um relato de experiência vivenciado por uma professora da rede pública de ensino que aborda o assunto da educação inclusiva.

4.RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados iniciais demonstram que a aluna Ana Paula, havia passado por muitos professores, os quais não sabiam como trabalhar com a criança com necessidade educativa especial, pois nem mesmo se adaptava ao meio e a linguagem usada. Por isso, a própria direção da escola achou melhor que a mesma não frequentasse a escola. Aí, ocorreu a intervenção de uma professora, pedindo para que deixasse-a trabalhar com a mesma, sendo várias vezes questionada pela direção da escola que insistia em dizer que a Ana Paula não iria se adaptar.

Insistentemente, a professora prosseguiu com o trabalho, propondo o mesmo ser em conjunto com a família. Este desafio foi aceito, com o entusiasmo pela família, embora decepcionados com a falta de atenção da escola. E assim, a professora explicou sua metodologia de trabalho.

Todos os dias, a professora fazia o mesmo trabalho com a Ana Paula recebendo da mesma, várias atitudes um tanto estranhas.

O tempo foi passando e, conforme o trabalho ia ocorrendo, as coisas iam melhorando, as atitudes iam sendo repetidas até que a professora descobriu a maneira de trabalhar com Ana Paula. Se ela gritava, a professora também, se ela brigava, a professora devolvia com abraços e beijos. Até que certo dia outra professora bate a porta e ela deitada com a Ana no chão, disse-lhe que era para ver que havia descoberto como trabalhar com ela.

Assim, percebi que todos somos capazes de adaptar-se ao meio, o que falta é alguém para ajudar ou trabalhar com pessoas com necessidades educacionais especiais.

Toda a situação acima descrita resultou em um trabalho positivo, de longa duração, sendo sanadas algumas dificuldades, conseguindo alfabetizá-la.

A inclusão torna o aluno mais comunicativo, sociável, interagindo com a sociedade; Assim percebe-se que a pedagogia inclusiva é a melhor maneira de promover a solidariedade, entre os

próprios alunos e a sociedade.

Portanto, inclusão é um ato de cidadania, promovendo uma melhor vivência em sociedade, garantindo espaço social a todos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa não chegou ao seu resultado final, porque a aluna Ana Paula mudou-se para Mato-Grosso.

Muitos objetivos foram atingidos no que se refere a parte desenvolvida. A tentativa da professora foi válida apesar das dificuldades que foram enfrentadas. Porém haviam inúmeras barreiras para serem transportadas, tanto pela instituição quanto pela família.

Faz-se necessário entender as dificuldades e necessidades dos alunos portadores de necessidades educativas especiais para uma melhor convivência em sociedade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, H. **Por que inclusão?** Disponível em: <www.defnet.org.br>, acesso em 21/02/2004.
- BATISTA, M.; ENUMO, S. **Inclusão escolar e deficiência mental: análise da interação social entre companheiros.** Revista Estud. psicol. (Natal), v.9, n.1, Natal, Jan./Abr. 2004. doi: 10.1590/S1413-294X2004000100012
- BLANCO, R. **Aprendendo na Diversidade: implicações Educativas.** Disponível em: <www.entreamigos.com.br> , acesso em 10/08/2003.
- DECLARAÇÃO DE SALAMANCA. Disponível em <www.ibcnet.org.br> , acesso em 20/02/05.
- PARANÁ. Secretaria de Estado de Educação. **Coletânea da legislação referente aos direitos da pessoa portadora de deficiência.** Curitiba: Procuradoria Geral da Justiça, 1997.
- PINTO, M.D. **Sociedade e Educação Inclusiva – Desafios do final do Século.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- ROSS, P. **Fundamentos legais e filosóficos da inclusão na Educação Especial.** Curitiba: IBpex, 2004.
- SASSAKI, R. **Inclusão – construindo para à sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 2002.
- WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.